



ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS INDÚSTRIAS DE PAPEL E CELULOSE

Leonardo Fabris Lugoboni
Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Brasil
leo_fabris@hotmail.com

Marcus Vinicius Moreira Zittei
Mestre em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP
Centro Universitário FECAP, Brasil
marcuszittei@zittei.com.br

Raquel da Silva Pereira
Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil
raquelpereira@uscs.edu.br

Graciane Barbara dos Santos Rodrigues
Especialista em Controladoria pelo Centro Universitário FECAP
Centro Universitário FECAP, Brasil
gracianebarbara@yahoo.com.br

RESUMO

O Relatório de Sustentabilidade é a demonstração utilizada pelas empresas para divulgar e evidenciar suas práticas sustentáveis. A presente pesquisa buscou compreender de que forma as cinco maiores empresas do segmento de papel e celulose divulgam aos interessados tais práticas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. Realizou-se análise documental, para verificar a evolução da divulgação dos índices no período de 2008 a 2011, pode-se observar que houve uma evolução expressiva na divulgação dos Indicadores GRI, essencialmente porque estes são reconhecidos mundialmente, o que proporciona as empresas maior transparência e confiabilidade em vários mercados, inclusive externos, e por outro lado observou-se uma redução na divulgação no Balanço Social – Modelo IBASE.

Palavras-chave:Sustentabilidade; Meio-ambiente; Indicadores de desempenho

Data do recebimento do artigo: 10/10/2013

Data do aceite de publicação: 21/11/2013

INTRODUÇÃO

O conceito da sustentabilidade começou a ser abordado a partir da década de 70, naquele período era denominado *ecodesenvolvimento*, tratava-se de um conceito normativo sobre como poderia e deveria ser o desenvolvimento, apresentava o intuito de manter o crescimento econômico eficiente no longo prazo, acompanhado da melhoria das condições sociais e respeito ao meio ambiente (Romeiro, 2012).

Segundo Ciofi (2010, p. 15) em meados da década de 80 foi promovida uma discussão internacional contemplando paradigmas relacionados ao tema sustentabilidade. Divulgou-se o Relatório de Brundtland, em 1987 e através do documento denominado *Nosso Futuro Comum*, conceituou-se sustentabilidade como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”

A Sustentabilidade passou a ser discutida na mídia, com maior formalidade a partir da década de 90, através de relevantes conferências internacionais. Em 1992, a Agência 21 – Eco 92 (Rio de Janeiro) enfatizou a importância de cada país em firmar compromisso global com as questões sociais e ambientais, tal acontecimento resultou em um avanço na integração das responsabilidades do governo, sociedade e empresas. (Ciofi, 2010).

Atualmente a sustentabilidade, continua sendo um tema amplamente discutido e muito se tem argumentado sobre a importância, bem como o impacto das práticas de sustentabilidade no cenário organizacional.

Com o decorrer do tempo, as organizações interessadas em manter a sustentabilidade, têm desenvolvido relatórios anuais e/ou de sustentabilidade, bem como balanços sociais com intuito de apresentar um canal de comunicação com os agentes envolvidos (sociedade, governo, meio ambiente, investidores e entre outros), atendendo as exigências de transparência e responsabilidade social do cenário econômico.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo os relatórios de sustentabilidade de indústrias de papel e celulose, listadas no Guia Exame de 2011 entre as dez maiores no segmento, pelo critério de vendas líquidas. Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa, 2012), desde 1970, a produção de celulose brasileira tem registrado crescimento médio anual de 7,5%, enquanto a produção de papel registra crescimento médio anual de 5,6%. O setor também é responsável por 115 mil empregos diretos e 575 mil empregos indiretos, e em 2010 obteve uma participação de 4% do PIB industrial brasileiro. Ainda de acordo com a Bracelpa (2012), uma conquista significativa para o setor de papel e celulose nos últimos anos foi conseguir equilibrar as melhorias ambientais e sociais com a eficiência econômica, com o intuito de atender os três pressupostos da sustentabilidade.

Dentro deste contexto, o objetivo desta pesquisa é compreender de que forma as cinco maiores empresas do segmento de papel e celulose divulgam aos interessados, suas práticas sustentáveis e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. Esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Como as cinco maiores empresas do setor de papel e celulose divulgam suas práticas sustentáveis e os quais indicadores de desempenho apresentam resultados relevantes?

Esta pesquisa torna-se relevante uma vez que, mesmo com o esforço da academia em compreender a evolução da divulgação de informações sustentáveis de diversas empresas e segmentos (Alvarez & Garayar, 2011; Braga, Sampaio, Santos & Silva, 2011; Carreira & Palma 2012; Corrêa, Neto, Spers, & Giuliani, 2012; Morisue, Penteado & Ribeiro, 2012; Grecco *et al.*, 2013) não foi possível identificar pesquisas que evidenciam a divulgação dos relatórios de sustentabilidade do segmento de papel e celulose.

A estrutura sequencial deste artigo corresponde ao seguinte: introdução; conceitos de sustentabilidade, *Triple Bottom Line*, balanço social e *Global Reporting Initiative* (GRI); procedimentos metodológicos adotados; análise comparativa das formas de divulgação das práticas sustentáveis e conclusão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade

De acordo com Gasparino e Ribeiro (2007) o constante processo de desenvolvimento e crescimento econômico, relacionado à globalização e internacionalização das informações, faz com que as organizações assumam responsabilidades em relação ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade.

Para atender as exigências do cenário atual, as empresas investem no planejamento sustentável, que segundo Ciofi (2010) implica em estruturar um planejamento com intuito de consumir recursos com eficiência e responsabilidade, gerir impactos ambientais, estabelecer uma relação harmoniosa com clientes internos e externos, gerar riqueza com menos danos ao meio ambiente e a sociedade, sempre observando os três pilares da sustentabilidade: governança corporativa, responsabilidade social e ambiental.

Segundo Corrêa *et al.* (2010) o conceito de sustentabilidade corporativa tem suas raízes nas preocupações que surgiram a partir do início dos anos 70 com a explosão demográfica, os impactos ocasionados pelo acelerado crescimento econômico, e indiscriminada utilização dos recursos naturais, o desenvolvimento sustentável passou a ser então considerado um novo paradigma para desenvolvimento das nações, que busca a integração do crescimento econômico, igualdade social e

preservação ambiental, como elementos relacionados de suporte ao desenvolvimento do longo prazo.

Muitos modelos de gestão, na forma de instrumentos e ferramentas gerenciais, foram criados para dar suporte ao processo de engajamento das organizações nas perspectivas de comportamento sustentável, porém consequentemente também aumentaram as críticas às diferentes matrizes por buscarem soluções pontuais e não apresentarem uma dimensão transversal, sistêmica e interligada de diversas áreas de conhecimento (Aligleri, 2011).

Segundo Perez (2008) as organizações além de buscarem melhorar os processos internos, precisam se preocupar em responder à crescente exigência da sociedade pela divulgação e evidenciação pública de seus resultados, mantendo sempre a transparência, que gera a confiabilidade das partes relacionadas.

Pacto Global

Trata-se de iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o intuito de mobilizar a comunidade empresarial internacional a aderir, em suas práticas de negócios, valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas quatro áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, escolhidas por possuírem um potencial efetivo de influência e mudança positiva, através da implantação de 10 princípios.

As empresas participantes do Pacto Global são diversificadas e representam diferentes setores da economia, regiões geográficas e objetivam gerenciar seu crescimento com responsabilidade, que contemple os interesses e preocupações de suas partes interessadas (Pacto Global, 2013).

Triple Bottom Line

De acordo com Oliveira *et al.* (2012) o conceito do *Triple Bottom Line*, surgiu a partir do estudo realizado por Elkington (1998), a sigla em inglês e conhecida por 3 P (*People, Planet e Profit*) e em português seria PPL (Pessoas, Planeta e Lucro). Em análise separadamente de cada conceito, tem-se: Econômico, com o propósito de criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores; Ambiental com o objetivo de analisar a interação dos processos com o meio ambiente sem prejudicar o mesmo, e Social que se preocupa com a implantação de ações justas para colaboradores, parceiros e sociedade em geral.

Segundo Dixon e Clifford (2006) as organizações sustentáveis, particularmente na divulgação dos relatórios oficiais, buscam demonstrar a aplicabilidade dos valores do *Triplo Bottom Line*, mantendo um consenso entre as decisões da equipe de gestão com os objetivos sustentáveis,

para tanto investem nas competências essenciais de empregabilidade e formação de pessoas, garantindo a viabilidade econômica empresarial.

Desempenho Ambiental

As organizações devem minimizar os impactos de suas atividades produtivas sobre o meio ambiente, considerando a dependência da vida humana aos meios naturais. As organizações, em especial, pode-se citar as empresas que extraem sua matéria-prima diretamente da natureza, como as empresas de papel e celulose, devem adotar e manter boas práticas ambientais, para evitar a escassez dos recursos naturais, pois caso ocorra, esta escassez resultará na redução da produtividade, logo em seguida do resultado organizacional, e simultaneamente prejudicará a qualidade de vida da população que vive nas proximidades da organização.

Segundo Tinoco e Kraemer (2011) o gerenciamento ambiental passa a ser um fator estratégico para análise da alta administração das organizações, incluindo outras atividades que devem ser administradas, como: manter a conformidade com as leis ambientais, implantar programas de prevenção à poluição, adequar produtos e processos industriais às especificações ecológicas entre outros.

Desempenho Social

Segundo Aligleri (2011) sociedade sustentável é uma coletividade humana que busca desenvolver-se, realizando a integração do bem estar com respeito à capacidade de organização e renovação dos ecossistemas, garantindo qualidade de vida para a geração atual e assegurando a continuidade das próximas gerações.

Neste pilar o foco é o bem-estar das pessoas, assegurar dignas condições humanas e buscar soluções para aumentar a qualidade de vida dos indivíduos, buscando uma redução da desigualdade nos níveis sociais. Para atender este requisito as organizações promovem projetos com foco educacional, cultural, esportivo, focando em saúde e respeito aos indivíduos, geralmente são direcionados as comunidades carentes que se situam nos arredores do espaço organizacional.

Desempenho Econômico

Trata-se do resultado econômico positivo, ou seja, proporcionar meios de manter a continuidade do bom desempenho organizacional, considerando os pilares sociais e ambientais. (Rocha, 2012).

A observância dos pilares sociais e ambientais refletirá positivamente no desempenho econômico, podendo prover a redução de custos, o aumento do valor organizacional perante o mercado, pela confiabilidade nos dados divulgados e gestão dos riscos que podem impactar no resultado organizacional.

Indicadores Ambientais e Socioeconômicos do Desempenho Sustentável

Segundo Tinoco e Kraemer (2011) a apresentação de indicadores de desempenho ambiental é importante no processo de divulgação de informações ao público externo, partindo do conceito que o processo de transparência passa pela padronização e utilização de indicadores, os quais permitem sintetizar as informações quantitativas e qualitativas relativas ao seu desempenho ambiental. Conforme Ciofi (2010) em 1999 a Bolsa de Nova York criou o índice *Dow Jones Sustainability*, agrupando as empresas mais sustentáveis com ações negociadas em bolsa. Seguindo o mesmo exemplo, mais países criaram outros índices com a mesma finalidade: o JSE de Johannesburgo na África do Sul em 2003 e FTSE4Good (*Footsie for Good*) em Londres na Inglaterra no ano de 2011.

A BM&FBOVESPA elaborou diversos índices como: Índice Carbono Eficiente (ICO-2), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada *Trade* (IGCT), Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) e o Índice Ibovespa, estes com a finalidade de mensurar o desempenho de empresas que adotam práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social e analisar o retorno financeiro das empresas que adotam tais práticas separadamente do retorno das empresas que representam o mercado de maneira global (Milani, Righi, Ceretta & Dias, 2012).

Balanco Social

Evidencia a busca de equilíbrio entre o sucesso das entidades e a responsabilidade social e ambiental. Atualmente, no Brasil, o órgão que trabalha no intuito de incentivar as organizações a desenvolverem o Balanço Social é o Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) (Martins, Quintana & Jacques, 2012).

O Balanço Social representa a compilação de informações, indicadores e ações realizadas pelas organizações no desempenho de sua função social, tendo por finalidade servir de instrumento de diálogo com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona. (Sousa & Lugoboni, 2011).

Segundo Tinoco (2010) a inclusão das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais, ampliou o escopo do Balanço Social, denominando-o como Relatório de Sustentabilidade, compreendendo: as atividades executadas pelas organizações, o balanço das pessoas, a demonstração do valor adicionado, balanço ecológico e a responsabilidade social.

IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2013) é uma organização da sociedade civil fundada em 1981 por, entre outros, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho), tendo como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa.

Segundo Tinoco (2010), por acreditar que a simplicidade é capaz de garantir o envolvimento do maior número de corporações, o IBASE (2013) em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, através de diversas reuniões e debates com vários setores, elaborou um modelo de balanço social com intuito de incentivar todas as organizações a divulgá-lo, independentemente do porte e setor.

Instituto Ethos

Segundo Gasparino e Ribeiro (2007) o Instituto Ethos é uma organização não-governamental, que tem por objetivo difundir a necessidade da responsabilidade social no meio empresarial. Com intuito de que o balanço social funcionasse como uma ferramenta de gestão, o Instituto Ethos desenvolveu o guia de elaboração, visando à criação de indicadores de responsabilidade social comparáveis entre diversas organizações.

O Guia enfoca o ponto no qual acontece a convergência dos dois pilares da definição da Responsabilidade Social Empresarial (SER): a relação ética e transparente com todos os públicos com os quais a empresa se relaciona e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável (Tinoco, 2010, p. 248).

O Instituto Ethos reitera que há diversos tipos de relatórios que podem ser elaborados para evidenciar informações de caráter socioambiental, atualmente, a maioria das organizações de grande porte publica Relatórios de Sustentabilidade, que podem conter o Balanço Social e evidenciar várias informações socioambientais, incluindo Indicadores de Sustentabilidade (Nogueira & Faria, 2012).

Global Reporting Initiative (GRI)

Segundo Carreira e Palma (2012) a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos, localizada na Holanda, que tem procurado disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem, a todas as organizações, estruturar o seu relato de sustentabilidade, em termos de conteúdo e abrangência.

Para a *Global Reporting Initiative*, os indicadores de desempenho, para ter capacidade de mensurar o desenvolvimento sustentável, necessitam de informações quantitativas e qualitativas que abordem ou mensurem resultados relacionados à organização e que apresentem comparabilidade, demonstrando alterações no decorrer do tempo (Nogueira & Faria, 2012).

As diretrizes da GRI organizam o conceito de relatório de sustentabilidade em termos de desempenho econômico, ambiental e social, conhecido como *Triple Bottom Line* ou resultado triplo. A sustentabilidade somente poderá ser alcançada através do equilíbrio entre as três variáveis (Gasparino & Ribeiro, 2007).

Os relatórios de sustentabilidade GRI, são estruturados por indicadores essenciais e adicionais, subdivididos na categoria econômica, ambiental e social, este último composto por as seguintes subcategorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. (Global Reporting Initiative [GRI], 2013).

De acordo com Hedberg e Von Malmborg (2003) as organizações para certificar-se que as orientações do GRI estão sendo efetivamente aplicadas, nomeiam um profissional ou equipe para avaliar continuamente o que os relatórios devem conter e como estão sendo elaborados, procurando seguir a recomendação da GRI de relatar informações para o período atual, bem como períodos anteriores.

A estrutura para relatórios de sustentabilidade da GRI compreende as diretrizes, os suplementos setoriais, os limites do relatório e os protocolos técnicos, esta estrutura pode ser aplicada por organizações de qualquer porte, tipo, segmento ou região, sendo a mesma utilizada por milhares de organizações no mundo todo. (GRI, 2006).

Segundo Pereira e Silva (2008) a *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolveu um método para dividir as empresas por níveis de aplicação ao relatório de sustentabilidade; para indicar que um relatório está em conformidade com os padrões estabelecido pela GRI às organizações devem realizar uma auto-avaliação com o intuito de se enquadrarem em um nível de aplicação.

Para indicar que um relatório é baseado na GRI, os relatores devem declarar o nível em que aplicaram a Estrutura de Relatórios da GRI por meio do sistema de “níveis de aplicação”, o sistema apresenta três níveis conforme tabela abaixo, intitulados C, B e A, os critérios de relato encontrados em cada um dos níveis indicam a evolução da aplicação ou cobertura; uma empresa poderá autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, B+), caso tenha sido realizada verificação externa para o relatório de sustentabilidade. (GRI, 2013).

Também Fernandes, Siqueira e Gomes (2010) afirmam que para assegurar a qualidade do relatório com base no modelo proposto pela GRI, foram desenvolvidos princípios para nortear a elaboração, que estão no guia das diretrizes para relatório de sustentabilidade, que apresenta a definição de cada princípio, acompanhada de uma explicação mais abrangente e testes que permitem ao usuário verificar se o relatório elaborado está de acordo com os princípios da GRI. Segundo a GRI (2013) um relatório de sustentabilidade baseado nas Diretrizes GRI divulga os resultados alcançados dentro do período relatado, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização.

Críticas ao GRI

Este modelo agrega pelo fato de ter alcançado uma aceitação mundial, sendo passível de parametrização. Os argumentos contrários ao *Triple Bottom Line* se apresentam muito mais como

ponderações do que evidentes críticas, a principal preocupação é quanto à dificuldade de se tratar temas complexos simultaneamente e alguns dos princípios deste modelo serem estranhos aos métodos e práticas convencionais. (Junqueira, Maior & Pinheiro, 2011).

Segundo Pinto e Ribeiro (2004) destacam como crítica ao GRI o viés favorável, destacando aspectos positivos em detrimento dos negativos ou utilizando o relatório de sustentabilidade como ferramenta de *Marketing*.

Outra crítica apresentada é a falta de transparência, observada pela pequena quantidade de notas explicativas, dificuldade de identificar os colaboradores responsáveis pela elaboração dos relatórios e adoção de procedimentos previamente acordados quando analisados por auditoria externa. (Dias, 2006).

Auditoria do Relatório de Sustentabilidade

Segundo Perez (2008) é fundamental verificar a confiabilidade nos dados e informações de um relatório, e avaliar se a empresa está incluindo as questões relevantes.

Por este motivo as organizações podem contratar empresas de auditoria independente para realizar auditoria e avaliar seus relatórios de sustentabilidade, certificando às partes relacionadas que as informações contidas no mesmo são idôneas e realmente reflete de forma transparente a situação organizacional.

Avaliação independente é um meio-chave para assegurar a necessária garantia para os investidores a partir das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade; as informações devem ser adequadas, confiáveis, demonstrando clareza e equilíbrio e atendendo às exigências dos *stakeholders* em termos de conteúdo e qualidade. (Bureau Veritas, 2013).

Os benefícios da avaliação independente podem incluir: identificação e gerenciamento de riscos-chave, apoio na melhoria do desempenho e criação de valor, confiabilidade nos dados e sua utilização para tomada de decisão, maior valorização da marca, atrativos ao cliente, competitividade e referencial de mercado.

Estudos anteriores

Alvarez e Garayar (2011) afirmam que no mundo e principalmente na União Européia, existe uma nítida evolução no volume de relatórios de sustentabilidade no padrão GRI divulgados, principalmente em países como Espanha, Itália e Portugal.

Já Braga *et al.* (2011) buscaram identificar os fatores determinantes do nível de divulgação da informação ambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro, no período de 2006 a 2009. Os autores concluem que a divulgação dos indicadores da ANEEL influenciou positivamente o nível de divulgação da informação ambiental no período, o modelo mais adequado é o de efeitos

aleatórios e as variáveis pressão do agente regulador, relatório de sustentabilidade e desempenho econômico foram significantes neste modelo.

Carreira e Palma (2012) estabeleceram como objetivo de sua pesquisa, identificar a prática de relato adotada por um conjunto de empresas, no tempo e no espaço e com diferentes dimensões, projeção e enquadramento setorial e concluem que existe uma divulgação crescente dos relatórios de sustentabilidade, por parte das empresas da amostra, que é objeto de certificação por uma entidade independentemente.

Corrêa *et al.* (2012) tratam da adoção e evolução dos níveis de relatórios de sustentabilidade (GRI) e buscam verificar o nível de evolução dos relatórios da GRI nas empresas do mundo e do Brasil. Os resultados da pesquisa mostram a evolução dos níveis desses relatórios, na busca do nível mais aprimorado GRI A, e com adoção significativa no Brasil por verificação aos níveis autodeclarados, o que legitima o modelo de relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative*. Os autores concluem que a evolução dos relatórios de sustentabilidade no modelo GRI do ISE BM&FBOVESPA se consolida como modelo mais utilizado em 30 empresas de um total de 45 em 2010.

Já Morisue, Penteado e Ribeiro (2012) buscaram verificar a evolução nos Relatórios de Sustentabilidade do grau de aderência plena e do grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenhos econômico, ambiental e social estabelecidos no modelo “G3” das Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), de empresas brasileiras do setor de energia elétrica, no período de 2006 a 2009. Os principais resultados do estudo mostram que houve evolução no grau de aderência plena e grau de evidenciação efetiva aos indicadores de desempenho no período, mas as empresas selecionadas apresentam diferentes níveis de conformidade com as Diretrizes da GRI e de evidenciação das informações.

Grecco *et al.* (2013) analisaram a divulgação voluntária de informações sustentável das empresas comparando as empresas espanholas e brasileiras. Seus achados confirmam os argumentos desenvolvidos pela Teoria Institucional e obtiveram diferenças entre a divulgação corporativa espanhola e brasileira. Para os autores o tamanho das empresas é um fator relevante nas diferenças entre as informações relacionadas à sustentabilidade, principalmente em empresas brasileiras. Ainda de acordo com Grecco *et al.* (2013) o tamanho da empresa não foi significativo para as empresas da Espanha. Outro achado importante de Grecco *et al.* (2013) foi que não houve relação positiva entre rentabilidade e responsabilidade social.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos esta pesquisa é descritiva, pois tem o intuito de analisar os indicadores de desempenho – GRI e práticas sustentáveis divulgados pelas cinco maiores empresas do setor de papel e celulose. De acordo com Gil (2002, p. 42) “A pesquisa descritiva têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

A amostra desta pesquisa é composta pelas cinco maiores empresas do setor de Papel e Celulose, segundo Guia Exame de 2011.

Quanto aos procedimentos esta pesquisa é documental, pois utiliza como base de estudo a análise das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade no período de 2008 a 2011 pelas empresas: Suzano, Klabin, Cenibra, Veracel e Fibria. De acordo com Gil (2002, p.45) “A pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

Com relação à coleta de dados esta pesquisa utiliza como base as informações sustentáveis divulgadas nos relatórios de sustentabilidade organizacionais, essencialmente a evidenciação dos indicadores de desempenho – GRI para análise do desempenho econômico, ambiental e social disponibilizados nos sites das empresas.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Análise comparativa das formas de divulgação das Práticas Sustentáveis

A Tabela 1 foi elaborada através de uma correlação do período de 2008 a 2011 com as informações divulgação pelas empresas Suzano, Klabin, Cenibra, Veracel e Fibria, com intuito de mostrar quais adotam e divulgam suas práticas de sustentáveis anualmente, através da divulgação do relatório de sustentabilidade.

Tabela 1. Empresas de Papel e Celulose com Relatório de Sustentabilidade nos respectivos anos:

Empresas	2008	2009	2010	2011
Suzano	Sim	Sim	Sim	Sim
Klabin	Sim	Sim	Sim	Sim
Cenibra	Sim	Sim	Sim	Sim
Veracel	Sim	Sim	Sim	Sim
Fibria	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 1 é possível observar que as cinco empresas realizam a divulgação de suas práticas sustentáveis, essencialmente porque o setor de Papel e Celulose tem sua atividade produtiva diretamente relacionada ao meio ambiente, somente a empresa Fibria não divulgou o

relatório de sustentabilidade no período de 2008. Corroborando os achados de Alvarez e Garayar (2011) mostrando evolução na apresentação de relatórios.

Logo em seguida analisou-se as empresas ao longo dos anos divulgaram as informações, indicadores e índices em seus relatórios de sustentabilidade, para isto elaborou-se uma planilha comparativa por ano e por empresa, evidenciando a média anual dos seguintes tópicos: divulgação do balanço social – modelo IBASE, divulgação dos indicadores GRI, avaliação independente do relatório de sustentabilidade e aderência aos princípios ao Pacto Global como signatária. Os resultados obtidos estão expressos na Tabela 2.

Tabela 2. Percentual médio de evidenciação realizada pelas cinco empresas de 2008 a 2009

EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS	2008	2009	2010	2011
Divulgação do Balanço Social - Modelo IBASE	60%	60%	60%	20%
Divulgação dos Indicadores GRI	20%	80%	100%	100%
Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade	20%	40%	60%	60%
Aderência os princípios ao Pacto Global como signatária	40%	60%	60%	60%

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à divulgação dos indicadores GRI houve uma evolução relevante, pois em quatro anos o percentual aumentou de 20% para 100%, por outro lado a divulgação do balanço social – Modelo IBASE apresentou uma redução de 60% para 20% no mesmo período. Em consonância com os outros estudos (Carreira & Palma, 2012; Correa *et al.*, 2012; Morisue, Penteado & Ribeiro, 2012) que apresentam melhora nos níveis de adoção dos relatórios GRI.

Observa-se que os tópicos Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade e Aderência aos princípios ao Pacto Global como signatária apresentaram uma média percentual com evolução gradual.

O procedimento de avaliação independente do relatório de sustentabilidade, ou seja, auditoria externa das práticas sustentáveis, no decorrer dos quatros anos, apresentou percentuais crescentes, assim é possível inferir que as empresas começaram a contratar auditores para certificar seus relatórios, transmitindo maior transparência e confiabilidade as partes relacionadas.

As Tabelas 3 e 4 foram elaboradas com o intuito de mostrar com maior transparência as modificações relevantes que ocorreram nos dois primeiros tópicos, ao elaborá-la se comparou as médias das empresas que divulgaram seus relatórios de sustentabilidade nos respectivos anos.

Tabela 3. Divulgação do Balanço Social – Modelo IBASE

	2008	2009	2010	2011	Média
Suzano	1	1	1	0	75%
Klabin	1	1	1	0	75%
Cenibra	1	1	1	1	100%

Veracel	0	0	0	0	0%
Fibria	0	0	0	0	0%
MÉDIA	60%	60%	60%	20%	50%

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 3 é possível verificar que durante os quatro anos as empresas Veracel e Fibria não realizaram nenhuma divulgação do Balanço Social – Modelo IBASE e apenas a empresa Cenibra manteve a divulgação durante todos os períodos.

Com relação à divulgação dos Indicadores GRI, conforme demonstrado na tabela 4 observa-se um crescimento no decorrer dos anos, observa-se que em 2008 apenas a empresa Suzano realizava a divulgação, e a partir de 2010 todas as empresas começaram a divulgá-los, é possível inferir que este comportamento está relacionado à exigência do mercado, para que as empresas divulguem índices de sustentabilidade que permitam comparação a nível mundial com as demais empresas.

Tabela 4. Divulgação dos Indicadores GRI

	2008	2009	2010	2011	Média
Suzano	1	1	1	1	100%
Klabin	0	0	1	1	50%
Cenibra	0	1	1	1	75%
Veracel	0	1	1	1	75%
Fibria	0	1	1	1	75%
MÉDIA	20%	80%	100%	100%	75%

Fonte: dados da pesquisa

A análise global dos dados mostra que ocorreram modificações nas formas de divulgação das práticas sustentáveis ao longo dos quatro anos analisados, pois as empresas reduziram a divulgação do balanço social modelo IBASE e iniciaram a evidenciação dos indicadores GRI, que é reconhecido mundialmente, também ocorreu aumento das avaliações independentes e das empresas que aderiram os princípios do Pacto Global como signatárias. Grecco *et al.* (2013) mostrou que o tamanho das empresas brasileiras é significativo na adoção de divulgação das práticas de sustentabilidade.

Análise da Evidenciação e Divulgação dos Indicadores GRI

Após a análise das formas de divulgação das práticas de sustentabilidade, foi realizado um estudo mais abrangente sobre a utilização dos indicadores de desempenho GRI pelas empresas no período de quatro anos consecutivos.

O estudo foi subdividido nas categorias de indicadores de desempenho: econômico, ambiental e social. As Tabelas 5, 6, 7 e 8 foram elaboradas considerando a análise comparativa com base no percentual médio empresarial.

Tabela 5. Divulgação dos Indicadores Econômicos por Empresas -GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA POR EMPRESA					
	Suzano	Klabin	Cenibra	Veracel	Fibria	Média Geral
EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído	100%	25%	75%	75%	75%	70%
EC2 - Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	75%	0%	0%	0%	75%	30%
EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	100%	25%	0%	25%	25%	35%
EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo	75%	25%	0%	0%	50%	30%
EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	100%	0%	75%	25%	50%	50%
EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais	100%	25%	25%	75%	75%	60%
EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local	0%	25%	75%	75%	50%	45%
EC8 - Investimentos em infraestrutura e serviços	100%	25%	25%	75%	50%	55%
EC9 - Descrição de Impactos Econômicos indiretos	50%	25%	0%	75%	0%	30%
MÉDIA GERAL	78%	19%	31%	47%	50%	45%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme mostra na Tabela 5 com relação à evidenciação dos indicadores de desempenho econômico, observa-se que no decorrer nos anos houve um aumento significativo, pois no ano 2008 apresentou-se uma média extremamente baixa de apenas 16%, neste período apenas a empresa Suzano realizava a divulgação, porém após quatro anos em 2011 todas as empresas divulgaram, resultando em uma média de 76%; as empresas Suzano com média de 78% e Fibra com média de 50% foram as que mais se destacaram nesta categoria.

Os indicadores econômicos que apresentaram as maiores médias anuais de divulgação foram EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído, EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais e EC8 - Investimentos em infraestrutura e serviços.

Avaliou a evolução da divulgação dos indicadores ambientais, na Tabela 6, primeiramente considerou-se o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e depois a análise comparativa foi com base no percentual médio empresarial.

Tabela 6. Divulgação dos Indicadores de Desempenho Ambientais por Empresa - GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS	MÉDIA POR EMPRESA					
	Suzano	Klabin	Cenibra	Veracel	Fibria	Média Geral
EN1 - Materiais usados	100%	25%	75%	75%	25%	60%
EN2 - Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	100%	25%	0%	50%	50%	45%
EN3 - Consumo de energia direta	100%	25%	75%	75%	50%	65%
EN4 - Consumo de energia indireta	50%	25%	75%	75%	50%	55%
EN5 - Energia economizada em razão de melhorias em conservação	100%	25%	25%	25%	0%	35%

EN6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	75%	25%	0%	25%	25%	30%
EN7 - Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	0%	25%	25%	25%	25%	20%
EN8 - Total de retirada de água	100%	25%	75%	75%	50%	65%
EN9 - Fontes hídricas afetadas por retirada de água	75%	25%	25%	25%	50%	40%
EN10 - Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	0%	25%	75%	25%	50%	35%
EN11 - Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	100%	25%	75%	75%	25%	60%
EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	100%	25%	0%	75%	25%	45%
EN13 - Habitats protegidos ou restaurados	100%	0%	25%	25%	25%	35%
EN14 - Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade	100%	0%	25%	25%	50%	40%
EN15 - Espécies em risco de extinção	0%	25%	50%	25%	75%	35%
EN16 - Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	100%	25%	25%	75%	75%	60%
EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa	100%	25%	0%	75%	75%	55%
EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e as reduções obtidas	75%	25%	75%	25%	50%	50%
EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	25%	25%	0%	25%	50%	25%
EN20 - Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas	100%	25%	25%	75%	25%	50%
EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação	100%	25%	75%	75%	50%	65%
EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	100%	25%	25%	75%	50%	55%
EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos	75%	25%	0%	25%	75%	40%
EN24 - Peso de resíduos transportados considerados perigosos	100%	0%	0%	0%	75%	35%
EN25 - Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água	100%	25%	0%	25%	25%	35%
EN26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	100%	25%	0%	25%	25%	35%
EN27 - Percentual de produtos e suas embalagens recuperadas	50%	25%	0%	0%	50%	25%
EN28 - Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	75%	25%	25%	25%	25%	35%
EN29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais	75%	0%	25%	25%	50%	35%
EN30 - Investimentos e gastos em proteção ambiental	75%	25%	25%	25%	25%	35%
MÉDIA GERAL	78%	22%	31%	43%	43%	43%

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à divulgação dos relatórios de desempenho ambientais, pode-se observar uma evolução significativa, pois em 2008 a média percentual era de 16% e em 2011 migrou para 83%. Estes dados refletem o quanto as empresas estão a cada ano empenhando-se em atuar no mercado com responsabilidade ambiental, essencialmente porque a atividade produtiva das indústrias de papel e celulose impacta diretamente no meio ambiente.

As empresas que apresentaram as médias mais relevantes quanto à divulgação dos indicadores ambientais foram Suzano, Veracel e Fibria.

O indicador ambiental que apresentou baixa média anual de divulgação foi EN7 - Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas, pois a divulgação do mesmo ocorreu apenas no ano de 2008.

A Tabela 7 avaliou a evolução da evidenciação dos indicadores de práticas trabalhistas, estas foram elaboradas considerando o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e o percentual médio empresarial.

Tabela 7. Divulgação dos Indicadores de Práticas Trabalhistas por Empresa - GRI

<i>EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE PRÁTICAS TRABALHISTAS</i>	<i>MÉDIA POR EMPRESA</i>					<i>Média Geral</i>
	<i>Suzano</i>	<i>Klabin</i>	<i>Cenibra</i>	<i>Veracel</i>	<i>Fibria</i>	
LA1 - Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	100%	25%	25%	75%	75%	60%
LA2 - Número total e taxa de rotatividade de empregados	100%	25%	0%	25%	75%	45%
LA3 - Benefícios tempo integral x temporários	50%	25%	75%	0%	75%	45%
LA4 - Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	100%	25%	75%	25%	75%	60%
LA5 - Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais	100%	25%	0%	0%	50%	35%
LA6 - Empregados representados em comitês de saúde e segurança	100%	25%	75%	25%	50%	55%
LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	75%	25%	25%	25%	25%	35%
LA8 - Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	100%	0%	75%	75%	25%	55%
LA9 - Temas de saúde e segurança cobertos em acordos sindicais	100%	25%	25%	25%	25%	40%
LA10 - Média de horas de treinamento	100%	25%	75%	75%	75%	70%
LA11 - Programas para empregabilidade	100%	25%	25%	0%	50%	40%
LA12 - Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira	100%	25%	25%	50%	75%	55%
LA13 - Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos demais empregados	100%	25%	0%	25%	25%	35%
LA14 - Proporção de salário-base entre homens e mulheres	100%	25%	0%	25%	75%	45%
MÉDIA GERAL	95%	23%	36%	32%	55%	48%

Fonte: dados da pesquisa

Ao observar a Tabela 7 pode-se perceber que de 2008 a 2011 houve um aumento significativo na divulgação dos indicadores de práticas trabalhistas, novamente as empresas que mais se destacaram foram Suzano e Fibria.

O indicador de desempenho que apresentou média mais relevante, de 70% no período estudado foi LA10 - Média de horas de treinamento, pode-se perceber que as empresas estão procurando controlar as horas de treinamentos aos colaboradores a fim de qualificá-los para desenvolver as atividades de forma mais eficaz e eficiente.

A Tabela 8 avalia a evolução da divulgação dos indicadores de direitos humanos nestas consideraram-se o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e a análise comparativa com base no percentual médio empresarial.

Tabela 8. Divulgação dos Indicadores de Direitos Humanos por Empresa – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS	MÉDIA POR EMPRESA					
	Suzano	Klabin	Cenibra	Veracel	Fibria	Média Geral
HR1 - Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos humanos	75%	25%	0%	25%	50%	35%
HR2 - Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	100%	0%	25%	25%	75%	45%
HR3 - Treinamento em direitos humanos	100%	0%	0%	25%	50%	35%
HR4 - Número total de casos de discriminação	100%	0%	0%	25%	75%	40%
HR5 - Operações em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar em risco	50%	25%	25%	25%	75%	40%
HR6 - Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil	100%	25%	75%	25%	75%	60%
HR7 - Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	100%	25%	75%	25%	75%	60%
HR8 - Pessoal de segurança submetido a treinamento em direitos humanos	100%	0%	0%	0%	50%	30%
HR9 - Casos de violação de direitos indígenas	100%	25%	0%	25%	75%	45%
HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos	0%	0%	0%	0%	25%	5%
HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações.	0%	0%	0%	0%	25%	5%
MÉDIA GERAL	75%	11%	18%	18%	59%	36%

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à evidenciação dos indicadores de direitos humanos, pode-se observar uma evolução gradual a cada ano, pois em 2008 apenas 13% dos indicadores eram divulgados, e em 2011 esta média percentual passou para 67%.

Neste tópico pode-se destacar que os indicadores HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos e HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações, apresentaram menores em relação à média de divulgação, pois foram divulgados apenas pela empresa Fibria no ano de 2011.

Também a empresa Klabin apresentou a menor média percentual de divulgação, apenas 11%, enquanto a empresa Suzano continuou destacando-se com a melhor média, neste caso 75%.

A Tabela 9 avaliou a evolução da divulgação dos indicadores de sociais - SO, essas foram elaboradas considerando o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e o percentual médio empresarial.

Tabela 9. Divulgação dos Indicadores Sociais – SO por Empresa – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS - SO	MÉDIA POR EMPRESA					Média Geral
	Suzano	Klabin	Cenibra	Veracel	Fibria	
SO1 - Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	100%	25%	75%	25%	50%	55%
SO2 - Percentual e número total de Unidades de Negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	100%	0%	0%	25%	50%	35%
SO3 - Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	100%	0%	0%	25%	50%	35%
SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	100%	0%	25%	25%	75%	45%
SO5 - Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	100%	0%	25%	25%	75%	45%
SO6 - Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos	100%	0%	0%	25%	75%	40%
SO7 - Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	100%	0%	0%	0%	50%	30%
SO8 - Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos	100%	0%	25%	25%	50%	40%
SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais	0%	25%	0%	0%	25%	10%
SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais	0%	25%	0%	0%	25%	10%
MÉDIA GERAL	80%	8%	15%	18%	53%	35%

Fonte: dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 9 pode-se observar uma evolução gradual nas médias anuais de divulgação dos indicadores, em 2008 apresentou-se uma média de 16% e 2011 a média evolui para 64%.

Neste tópico pode-se destacar que os indicadores SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais e SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implantadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais, apresentaram menor média de divulgação, pois foram divulgados apenas pela empresa Fibria no ano de 2011.

A empresa Klabin destaca-se pelo baixo percentual médio de divulgação, apenas 8%, e as empresas Suzano e Fibria permanecem se destacando com as melhores médias de 80% e 53%.

A Tabela 10 avaliou a evolução da divulgação dos indicadores sociais - PR nestas consideraram-se o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e a análise comparativa com base no percentual médio empresarial.

Tabela 10. Divulgação dos Indicadores Sociais – PR por Empresa

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS – PR	MÉDIA POR EMPRESA					Média Geral
	Suzano	Klabin	Cenibra	Veracel	Fibria	
PR1 - Avaliação dos impactos na saúde e segurança no ciclo de vida de produtos e serviços	100%	25%	0%	25%	50%	40%
PR2 - Casos de não conformidade a regulamentos de saúde e segurança	100%	25%	0%	25%	50%	40%
PR3 - Procedimentos de rotulagem	100%	25%	0%	25%	50%	40%
PR4 - Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem	100%	25%	0%	0%	25%	30%
PR5 - Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	75%	0%	75%	33%	50%	47%
PR6 - Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	100%	0%	0%	0%	50%	30%
PR7 - Casos de não conformidade a regulamentos	100%	25%	0%	0%	50%	35%
PR8 - Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade	100%	25%	0%	25%	50%	40%
PR9 - Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	100%	25%	0%	25%	50%	40%
MÉDIA GERAL	97%	19%	8%	18%	47%	38%

Fonte: dados da pesquisa

Os indicadores sociais PR também apresentam gradual evolução ao longo dos quatro anos analisados, pois em 2008 apresentava uma média de 20% e em 2011 mostrou média de 69%.

A empresa Suzano apresentou o percentual de 97%, o mais relevante dentre as demais empresas analisadas. E a empresa Cenibra mostrou um percentual extremamente reduzido de 8%, pois o único Indicador Social – PR divulgado pela empresa é o PR5 - Práticas relacionadas com a satisfação do cliente.

Consolidando todos os indicadores por categoria de desempenho: econômico, ambiental, social, práticas trabalhistas e direitos humanos, possibilitando uma visão macro das médias percentuais por ano e por empresa. Observa-se que as categorias com médias mais representativas por ano foram práticas trabalhistas com 48%, seguida do desempenho ambiental 43% e desempenho econômico 41%. A empresa que mais se destaca com melhores médias percentuais de divulgação no período de 2008 a 2011 é a Suzano, e a empresa com menores percentuais no mesmo período foi a Klabin.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo geral é compreender de que forma as cinco maiores empresas do segmento de papel e celulose divulgam aos interessados, suas práticas sustentáveis e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

Os resultados obtidos a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade mostram uma evolução significativa na divulgação e evidenciações de indicadores de desempenho, em especial adesão às práticas do GRI ao longo do período de 2008 a 2011 que aumentou significativamente. Porém ainda precisa evoluir, particularmente com relação aos indicadores sociais e direitos humanos, que apresentaram evolução pouco expressiva.

As limitações da pesquisa estiveram presentes na ausência de divulgação de alguns relatórios de sustentabilidade de forma acessível por parte das empresas, bem como algumas dificuldades para comparar dados que foram divulgados com padrões diferenciados e devido ao fato de referir-se a um único segmento.

Como sugestão para novas iniciativas, esta pesquisa poderá ser aprofundada com análise de todas as empresas do segmento, em comparação com empresas de outros segmentos cujo foco industrial também esteja diretamente relacionado ao meio ambiente, ou até mesmo em estudo de caso realizado com alguma das indústrias analisadas, com intuito de aprofundar-se nas particularidades de determinada empresa.

REFERÊNCIAS

- Aligleri, L. M. (2011). A adoção de ferramentas de Gestão para a Sustentabilidade e a sua Relação com os princípios ecológicos nas empresas. Tese de doutorado em Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Alvarez, I., & Garayar, A. (2011). Evolución de la emisión de memorias de sostenibilidad conforme al modelo GRI. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, 4(1), 63-72.
- Bracelapa.(2012). Floresta Plantadas: Oportunidades e Desafios da Indústria Brasileira de Celulose e Papel no Caminho da Sustentabilidade. *Anais... do Encontro da Indústria para a Sustentabilidade*, Brasília, GO, Brasil. 2012.

- Braga, C., Sampaio, M. S. A., Santos, A. D., & Silva, P. P. (2011). Fatores determinantes do nível de divulgação ambiental no setor de energia elétrica no Brasil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, 4(2), 230-262.
- Bureau Veritas. Institucional. (2013). Recuperado em 17 abril, 2013, de <http://www.bureauveritas.com.br>.
- Carreira, F. A., & Palma, C. M. (2012). Análise Comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorranas – *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 8(4), 140-166, out/dez.
- Ciofi, J. L. Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental - Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Corrêa, D. A., Neto, M. S., Spers, V. R. E., & Giuliani, A. C. (2010). Inovação, Sustentabilidade e Responsabilidade Social: Análise da Experiência de uma Empresa de Equipamentos Pesados. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. 4(3), set./dez., 90-105.
- Corrêa, R., Souza, M. T. S., Ribeiro, H. C. M., & Ruiz, M. S. (2012). Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 7(2), jul./dez., 24-40.
- Dias, L. N. S. (2006). Análise da utilização dos indicadores da Global Reporting Initiative nos relatórios sociais em empresas brasileiras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Dixon, S. E. A., & Clifford, A. (2007). Ecopreneurship – a new approach to managing the triple bottom line. *Journal Of Organizational Change Management*, 20(3), 326-345.
- Elkington, J. (1998). *Cannibals with forks: The triple bottom line of sustainability*. Gabriola Island: New Society Publishers.
- Gasparino, M. F., & Ribeiro, M. S. (2007). Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre empresas do setor de Papel e Celulose dos EUA e Brasil. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, 1(1), jan./abr., 102-115.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- Global Reporting Initiative. GRI Institucional. Recuperado em 17 abril, 2013, de <https://www.globalreporting.org>
- Hedberg C. J., & Von Malmberg, F. (2003). The Global Reporting Initiative and Corporate Sustainability Reporting in Swedish Companies. *Corporate Social – Responsibility and Environmental Management- ABI/INFORM Global*. 10(3), p.153.
- IBASE. Institucional. Recuperado em 17 abril, 2013, de <http://www.ibase.br/pt/quem-somos/>
- Fernandes, F. S., Siqueira, J. R. M., & Gomes, M. Z. (2010). A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, 34.
- Grecco, M. C., M. Filho, M. A., Segura, L., Sanchez, I. M., & Dominguez, L. (2013). The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of Spanish and Brazilian companies. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(17), 45-55.

- Junqueira, L. A. P., Maior, J. S., & Pinheiro, F. P. (2011). Sustentabilidade: A produção científica brasileira entre os anos de 200 e 2009. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, São Paulo, 5(3), set./dez., 36-52.
- Martins, A. S. R., Quintana, A. C., & Jacques, F. V. S. (2012). Conselhos Regionais de Contabilidade: a evidenciação da responsabilidade social por meio da utilização do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília/DF, *Ano XLI* (196), 39- 51.
- Milani, B., Righi, M. B., Ceretta, P. S., & Dias, V. V. (2012, dez.). Práticas de Sustentabilidade, Governança Corporativa e Responsabilidade Social afetam o risco e retorno dos investimentos? *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, 5(Ed. Especial), 667-682.
- Morisue, H. M. M., Ribeiro, M. S., & Penteadó, I. A. M. (2012). A evolução dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, 23(1), 163-194.
- Nogueira, E. P., & Faria, A. C. (2012). Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da global reporting initiative. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 8(4), out./dez., 119-139.
- Oliveira, L. R., Medeiros, R. M., Terra, P. B., & Quelhas, O. L. G. (2012). Sustentabilidade: da evolução dos conceitos a implementação como estratégia nas organizações. *Produção*, Niterói, 22(1), 70-82.
- Pacto Global. Institucional. Recuperado em 17 abril, 2013, de <http://www.pactoglobal.org.br>
- Pereira, D. B., & Silva, R. N. S. (2008). Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, 3(2), jul/dez. 2008.
- Perez, F. (2008). A evolução dos Relatórios de Sustentabilidade no Setor de Mineração. Dissertação de mestrado em engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Pinto, A. L., & Ribeiro, M. S. (2004). Balanço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, 15(36), set-dez., 21-34.
- Rocha, T. A. C. (2012). Análise do Relatório GRI enquanto ferramenta para mensuração da Sustentabilidade Empresarial. Dissertação de mestrado em administração. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Romero, A. R. (2012). Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, 26(74), 124-145.
- Tinoco, J. E. P. E., & Kraemer, M. E. P. (2011). *Contabilidade e Gestão Ambiental* (3ª ed.). São Paulo: Atlas, p. 248.
- Tinoco, J. E. P. (2010). *Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade*. São Paulo: Atlas.

ANALYSIS OF SUSTAINABILITY REPORTS OF PULP AND PAPER INDUSTRIES

ABSTRACT

The Sustainability Report is the demonstration used by companies to promote and highlight their sustainable practices. This research sought to understand how the five largest companies in the paper and pulp disseminate to stakeholders such practices and indicators of economic, social and environmental. Document analysis was conducted to verify the evolution of disclosure indices in the period 2008 to 2011, one can observe an evolution in expressive disclosure of GRI indicators, mainly because these are recognized worldwide, which gives companies greater transparency and reliability in several markets, including external, and secondly there was a reduction in the Social disclosure - IBASE Model.

Keywords: Sustainability; Environment; Performance indicators.

ANÁLISIS DE LOS INFORMES DE SOSTENIBILIDAD DE LAS INDUSTRIAS DE PAPEL Y CELULOSA

RESUMEN

El Informe de Sostenibilidad es la de demostración utilizada por las empresas para divulgar y destacar sus prácticas sostenibles. Esta investigación buscó comprender de qué manera las cinco mejores empresas del seguimiento de papel y celulosa divulgan a los interesados esas prácticas e indicadores de desempeño económico, social y ambiental. Se realizó análisis documental para verificar la evolución de divulgación de los índices en el periodo de 2008 hasta 2011, se observó una evolución expresiva en la divulgación de los Indicadores GRI, esencialmente porque estos son reconocidos mundialmente, lo que ofrece a las empresas una mayor transparencia y fiabilidad en varios mercados, incluso externos, y, por otra parte, se observó una reducción en la divulgación en el Balance Social – Modelo IBASE.

Palabras clave: Sostenibilidad; Medio ambiente; Indicadores de desempeño.